

Subjetividades dissidentes: memória, resistência e as transmasculinidades no Brasil

ARTIGO

Letícia Attolini do Pradoⁱ 


Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Beatriz Borges Brambillaⁱⁱ 

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Beatriz Machado Tarquiano Vicenteⁱⁱⁱ 

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Edna Maria Severino Peters Kahhale^{iv} 

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo

O presente artigo revisita os debates sobre gênero a partir das vivências transmasculinas, com o objetivo de visibilizar a história dos movimentos transmasculinos no Brasil e afirmar subjetividades dissidentes. Parte-se da compreensão de que normas e tecnologias cisheteropatriarcais estruturam a sociedade e sustentam, política e cotidianamente, o apagamento sistemático das narrativas transmasculinas. Por meio de uma pesquisa teórico-ensaística, articulada com vivências transmasculinas diversas, propomos uma análise crítica das formas de produção de subjetividade, ressaltando o papel da memória como tecnologia política. A subjetividade é entendida como efeito das relações de saber-poder, atravessada por determinações históricas e sociais, constituindo sujeitos diversos e localizados. A defesa de uma política de memória transmasculina é apresentada como estratégia de resistência frente ao apagamento, à violência e à normatividade.

Palavras-chave: Transmasculinidades. Subjetividade. Memória Coletiva.

Dissident subjectivities: memory, resistance, and transmasculinities in Brazil

Abstract

This article revisits gender debates through the lens of transmasculine experiences, aiming to make visible the history of transmasculine movements in Brazil and to affirm dissident subjectivities. It is grounded in the understanding that cisheteropatriarchal norms and technologies structure society and politically and daily sustain the systematic erasure of transmasculine narratives. Through a theoretical-essayistic approach, articulated with diverse transmasculine experiences, we propose a critical analysis of the forms of subjectivity production, highlighting the role of memory as a political technology. Subjectivity is understood as an effect of power-knowledge relations, shaped by historical and social determinations, constituting diverse and situated subjects. The defense of a

transmasculine memory politics is presented as a strategy of resistance against erasure, violence, and normativity.

Keywords: Transmasculinities. Subjectivity. Collective Memory.

1 Introdução

2

A lógica binária de gênero – estruturada na cisgeneridade – organiza corpos, comportamentos e identidades de forma a servir a uma norma rígida que delimita masculino e feminino como categorias opostas e excludentes. Essa estrutura não é apenas uma questão de identidade pessoal, mas uma tecnologia política que regula a legitimidade das existências e normatiza formas de ser e viver. Nesse contexto, a cisgeneridade se impõe como padrão hegemônico, apagando experiências trans e impondo modelos cristalizados de homem e mulher. Pessoas transmasculinas, portanto, surgem como dissidências que desestabilizam essa lógica ao transitar por gêneros de maneira que desafia a compreensão binária e essencialista do que significa ser “homem”.

Entender corpos transmasculinos para além da representação “homem”, sujeito universal dominante, implica repensar as bases do próprio conceito de gênero. As vivências transmasculinas não precisam se restringir à adequação a uma masculinidade normativa, tampouco se alinhar ao nomeado papel de “homem” como figura dominante e homogênea. Pelo contrário, podem constituir formas de resistência criativa, recusas às normatividades e invenções de novas maneiras de habitar o corpo e a subjetividade. Compreender essa pluralidade é também reconhecer que gênero é uma construção histórica e política, e não uma essência fixa ou natural.

Que essa seja uma leitura tácita, que possibilite liberdade e vida às dissidências de gênero e sexualidade. No entanto, atualmente, vemos uma lógica hegemônica que comprime as possibilidades de existir. A exemplo, a Psicologia se esforçou para criar teorias que justificassem o controle de corpos, que garantissem a manutenção do neoliberalismo e das ideologias racistas, transfóbicas, LGBTfóbicas, capacitistas e coloniais, em prol da opressão e da exploração da classe trabalhadora, contribuindo para uma concepção hegemônica de que existisse um gênero natural, verdadeiro e cis.

Tais concepções impuseram a norma (cisheteronormativa) e permitiram que a vida se materializasse somente para aqueles cujos corpos se enquadrassem no binarismo de gênero. Compreendemos que a cisheteronormatividade e o cisheteropatriarcado são processos fundados culturalmente em um contexto de capitalismo globalizado, constituindo subjetivamente os sujeitos. Isso implica que:

as consequências desse CISTema – como Nascimento (2021) denomina a forma violenta na qual a sociedade se organiza, impondo a cisgeneridade em corpos e desejos – são a humilhação social, a violência, a exclusão e os assassinatos como projeto social hegemônico (Costa *et al.*, 2023, p. 67).

Considerar o caráter ideológico e colonial desse “CISTema” nos é imprescindível para a análise de coletivos e individualidades, uma vez que consideramos a subjetividade um processo dialético que se estabelece na relação do sujeito com a sociedade e as normas que a regem. Isso significa que encaramos subjetividade como um processo estabelecido na interação entre sujeito, seu corpo e sociedade, imbricado na materialidade do cotidiano (Gonçalves; Rosa, 2022). Logo, não se trata da interioridade do sujeito, mas sim de um produto e efeito das relações que se dão no meio objetivo, nas relações de saber e poder que se estabelecem entre os indivíduos de uma sociedade.

Dado que o indivíduo se individualiza por meio de um processo histórico, por meio da sociedade, e a sociedade se resulta das ações e relações de indivíduos ativos, supomos uma dialética complexa que remete a sujeitos diversos (Gonçalves; Rosa, 2022). Ou seja, distanciamo-nos das noções de sujeitos universais e propomos a existência de sujeitos historicizados e localizados, com múltiplas formas de existência.

Categorizar subjetividade de forma dialética nos permite compreender que, a partir da atividade do corpo, a subjetividade fabricará manifestações e *performances* na vida material imbricadas nas normas neoliberais que nos regem e nos controlam enquanto indivíduos em uma sociedade. No entanto, apesar dos fenômenos serem determinados pela sociedade, as determinações são múltiplas, uma vez que somos sujeitos ativos que produzimos nossas próprias determinações, que se encontram em movimento dialético e contraditório (Gonçalves; Rosa, 2022).

A categoria contradição compõe a nossa premissa da pesquisa, visto que expressa uma característica própria da realidade objetiva, o seu movimento de transformação constante. Segundo Cury (1985, p. 30),

a realidade no seu todo subjetivo-objetivo é dialética e contraditória, o que implica a centralidade desse conceito na metodologia proposta. A contradição sempre expressa uma relação de conflito no devir do real. Essa relação se dá na definição de um elemento pelo que ele não é. Assim, cada coisa exige a existência do seu contrário, como determinação e negação do outro. As propriedades das coisas decorrem dessa determinação recíproca e não das relações de exterioridade.

Aí está a subversão, pois essa maneira de análise dos fenômenos e da subjetividade em movimento constante e contraditório implica as várias possibilidades de superação da contradição. Propomos, aqui, a subversão da norma binária, dos conceitos estigmatizantes sobre subjetividade mediante um viés individualista, das noções transfóbicas, racistas e coloniais que tiram a legitimidade de sujeitos. Propomos uma análise histórica do movimento como forma de localizar indivíduos em determinado momento histórico e, a partir do resgate da memória, defender a vida e o direito das subjetividades dissidentes de existirem e continuarem tensionando a norma.

Dessarte, defendemos o resgate da memória como maneira de subversão à norma, uma vez que esse movimento permite a superação da contradição que é a existência de múltiplas identidades transmasculinas e a invisibilidade sistemática desses indivíduos e seus corpos. É evidente o apagamento promovido sistematicamente para excluir pessoas transmasculinas dos veículos midiáticos e do fazer político, que não seja por meio de movimentos sociais.

Factualmente,

Homens trans e transmasculines que alcançam cadeira na universidade, mandato político ou qualquer outro espaço de poder institucional tornam-se a regra da exceção face às vulnerabilidades sociais presentes nas trajetórias dos seus pares. Quando atravessados por outros marcadores sociais de diferença, a exemplo de raça-etnia, o acesso e permanência nesses lugares torna-se tarefa mais árdua (Santos; Santos; Dias, 2022, p. 4).

Diante do apagamento que, por se fazer de forma tão vasta, se torna quase palpável para aqueles que ativamente procuram referências transmasculinas, é perceptível as lacunas deixadas pela ausência de políticas sociais afirmativas, além do não reconhecimento ou permissão desses corpos na cena pública. Portanto, é de grande importância o reconhecimento e a valorização dos movimentos sociais que se constituem enquanto espaços de cuidado transmasculino, atuando na garantia de direitos, na aposta de espaços de reconhecimento e identificação, na luta pela visibilidade, no combate cotidiano da transfobia e violência de gênero e, em geral, que defendem, com sangue e suor, o direito à vida de pessoas transmasculinas.

Para além do reconhecimento dos movimentos sociais, faz-se necessário o resgate da memória e das narrativas das transmasculinidades, sobretudo os registros que permanecem sobre as lutas políticas por reivindicação de direitos e espaços liderados por pessoas transmasculinas no Brasil. Neste trabalho, e nas referências que nos norteiam, a lembrança da memória não só se constitui como componente da identidade, mas retrata um movimento social que tenta disputar no campo político a necessidade de práticas democráticas, de acesso e garantia a direitos.

Segundo Neves (2023, p. 47),

Até o último quarto do século XX, a construção das memórias das minorias era inexistente. Os olhares dos historiadores da nação estavam voltados, em sua maioria, para as histórias dos grandes homens e dos heróis nacionais. Os demais indivíduos, ou cidadãos comuns, invisíveis ou desinteressantes aos olhos da historiografia, passaram a reivindicar sua identidade, sua história esquecida.

Assim, defendemos o uso da memória e das narrativas como forma de recuperação dessa história apagada, fomentando as discussões sobre subjetividades localizadas nessa história do movimento transmasculino no Brasil. Falamos de sujeitos, identidades e subjetividades imbricadas no processo histórico e na memória das transmasculinidades, que carregam consigo a história de muitas gerações de existência, luta política e fazer coletivo. Mas, para além do papel da memória na produção de identidade, destaca-se para nós a potência dessa categoria em fazer não só com que a

luta por direitos perdure, mas também que possamos vislumbrar outros caminhos, ou continuar caminhando pelos mesmos, em direção à emancipação, não só das transmasculinidades, mas de todes.

No presente artigo, começamos nosso movimento de descortinamento das identidades transmasculinas tecendo um campo de discussão sobre a categoria gênero, compreendendo quais foram algumas das disputas e dos tensionamentos produzidos ao longo dos anos sobre a categoria, com o intuito de fundamentarmos, posteriormente, o que seria a cisgeneridade e a transgeneridade. Após essa introdução ao tema, damos continuidade localizando (ou não) as transmasculinidades nas discussões sobre masculinidade e apresentando as múltiplas formas de existir e se identificar enquanto pessoa transmasculina. Por fim, apresentamos uma breve retomada histórica sobre o movimento transmasculino no Brasil enquanto um processo histórico que se desenvolve em muitas frentes da vida cotidiana.

Melhorem, por favor! Por leituras dissidentes de gênero, já!

Segundo a transfeminista Caia Coelho (2017), a categoria gênero surgiu no campo da Biologia para pensar sujeitos intersexo, porém é apropriada por estudos feministas a partir do texto clássico de Gayle Rubin, em 1975, a saber: *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo* (Rubin, 1975 *apud* Ferreira, 2021). No texto, Rubin propõe que as formulações acerca do sexo são produzidas socialmente. Ao datar dessa obra, o território de saberes transfeministas e da teoria *queer* se tornam vitais para uma discussão sobre gênero que transborda os binarismos biologizantes.

Na área das Ciências Biológicas, gênero sempre esteve deveras atrelado a características sexuais do corpo material, ou seja, homem era quem tinha um pênis, e mulher, uma vagina. Por muitos anos, o gênero foi entendido como atribuições essencialistas de feminino e masculino. No entanto, com o aprofundamento do tema pela área das Ciências Sociais e da Antropologia, foi se desenvolvendo o conceito de gênero

para construto social que estabelece as relações de poder, atribuindo hierarquias entre os indivíduos (Scott, 2019 *apud* Cardoso, 2022).

Segundo a autora Judith Butler (2007 *apud* Braga; Gross, 2021), na modernidade, foi se criando um regime normativo que define quais são as identidades de gênero inteligíveis e corretas e, conseqüentemente, punindo e relegando quem não se enquadra. Portanto, só existiriam duas identidades sexuais verdadeiras: homem e mulher (Braga; Gross, 2021). Para Butler, a matriz cultural heterossexista “exige que alguns tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’: aquelas nas quais o gênero não é consequência do sexo e outras nas quais as práticas do desejo não são ‘consequência’ nem do sexo nem do gênero” (Butler, 2007, p. 73 *apud* Braga; Gross, 2021, p. 6).

Por outro lado, a autora pontua que ambos sexo e gênero são categorias construídas discursivamente, ou seja, coloca em questão a própria naturalização do sexo e, conseqüentemente, o gênero enquanto uma *performance* do sexo biológico. Logo, afirma que “talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (Butler, 2010, p. 25).

Ao compreender que o sexo não se trata de algo natural, gendrado, pré-discursivo e anterior à cultura, Butler posiciona ambas as categorias como produções sócio-históricas (Butler, 2010). Enquanto os discursos feministas postulavam que sexo seria a materialidade do corpo e gênero seria a diferença cultural dos corpos, Butler formula que a matéria dos corpos é indissociável das normas que os regulam e que dialeticamente governarão sua materialização (Butler, 2015 *apud* Ferreira, 2021).

Ainda, a autora mencionada afirma que a identidade de gênero é performativa, isso implica em dizer que ela só existe em e por meio de um conjunto de atos repetitivos de gênero (Butler, 1988 *apud* Braga, 2021). A autora pensa que o sujeito antes reproduz um roteiro sociocultural que define os papéis a serem performados. É a partir disso que a heterocisnormatividade e o binarismo de gênero interferem no roteiro de gênero vigente.

Em contraste com o posicionamento de Butler, o filósofo Paul B. Preciado diz que gênero não é só performativo, é “antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na

materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico, foge das falsas dicotomias metafísicas entre o corpo e alma, forma e matéria” (Preciado, 2022, p. 40).

Dessarte, para o autor, gênero se trataria de uma tecnologia sofisticada que produz corpos sexuais, responsável por conferir aos gêneros feminino e masculino seu caráter sexual-real-natural, que atuaria em prol de uma máquina heterossexual. A natureza humana, seria, então, efeito de uma tecnologia social heterocentrada a qual reproduz – nos corpos, nos espaços e nos discursos – que heterossexualidade e a cisgeneridade equivalem ao natural (Preciado, 2022, p. 37).

Ademais, Preciado (2022), em seu livro *Manifesto Contrassexual*, sinaliza que vivemos em um mundo onde o diagnóstico violento de gênero é uma prática legalizada em todos os hospitais modernos, impondo uma atribuição de gênero de acordo com o binarismo. Vivemos em um mundo de normas raciais e de gênero hegemônicas, em que corpos trans, intersexo, *queer*, não brancos e de pessoas com deficiência podem não ter existência política e anatômica, mas ainda vivem “no e contra o regime de sexo e gênero binário” (Preciado, 2022, p.14).

Tendo visto aquilo supracitado, a partir das críticas a concepções de gênero binárias e que atribuem aos corpos-mulher e corpos-homem o caráter de natural, assim como pontuado tanto por Preciado quanto por Butler, podemos começar a pensar no outro lado do “CIStema”. Hoje em dia, utilizamos o termo “trans” como termo guarda-chuva, para se referir a pessoas que ultrapassam algo, aquele que está do lado de lá (Jesus, 2012). Ou seja, pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi designado e a partir do qual foram socializadas. Em contrapartida, em um movimento produzido por pessoas trans, surge a categoria cisgeneridade, que se refere àquele que não é trans, aquele que está, no latim, do lado de cá (Jesus, 2012).

A categoria cisgênero emerge em uma tentativa de se opor à naturalização dos gêneros binários e, por consequência, contrapõe-se a uma relação de inferiorização e extermínio de corpos que estão em desacordo com a cisnormatividade (Vergueiro, 2016). Segundo a psicóloga e pesquisadora Sofia Favero (2020, p. 175), termos como homens e

mulheres biológicos, naturais e verdadeiros resultam na existência de um gênero incongruente e disfórico, deslocando identidades trans a um lugar defeituoso, uma vez que “não se nomeia a norma”.

Contudo, a cisgenderidade não se baseia exclusivamente no modo que o sujeito se identifica, mas também “enquanto normatividade sobre corpos e gêneros” (Vergueiro, 2016, p. 25), exigindo pensarmos a cisgenderidade como algo normalizado e idealizado enquanto categoria adequada a ser seguida. Portanto, a cisgenderidade se localizará junto das categorias branquitude e heteronormatividade, “tornando-se útil para pensar os modos de manutenção das relações de poder e continuidade entre sexo, sexualidade, gênero, desejo e práticas sexuais” (Favero, 2020, p. 177).

Opondo-se à categoria cisgênero, ao pensarmos os registros científicos e acadêmicos sobre pessoas trans, por muitos anos, dominaram as perspectivas médicas e das ciências psi (Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise). Tais campos de pesquisa e atuação reivindicavam que o sujeito de um determinado sexo que se reconhecesse, socialmente, como membro de outro, possuía uma desordem mental (Almeida, 2013).

Segundo Preciado,

A narrativa psicanalítica dominante e sua economia genital binária podem ser entendidas como o dispositivo clínico que acompanha o regime colonial heteronormativo, definindo instâncias patológicas e procurando um tratamento normalizador da ansiedade e da dor psíquica geradas pela epistemologia da diferença sexual e por seu regime de poder-saber (Preciado, 2022, p. 15).

Logo, pensar vivências e narrativas trans envolve reconhecer que essa categoria, historicamente, foi tomada como objeto exclusivo da Medicina no século XIX, que definiu instâncias patológicas, cuja cura advinha somente de tratamentos individuais. A construção de gênero de pessoas trans culturalizou-se de maneira que se tornasse equivalente à existência da disforia de gênero (Tenório; Palhano, 2022). Isso significa, então, que não se considerava, nas pesquisas, o caráter político e social da vivência trans.

Todavia, as concepções sobre transidentidades foram sofrendo modificações, graças aos esforços de pessoas trans e travestis em busca da garantia de seus direitos.

Portanto, hoje, ser trans não é mais considerado uma patologia, ao menos no caso de pessoas adultas. Dentro da área de pesquisa, o tema também foi sofrendo modificações, assim como o conceito de gênero e sexo. As produções mais recentes têm como objetivo retomar as narrativas e histórias trans e travestis, além de pensar novas tecnologias de cuidado para a população.

Segundo Guilherme Almeida e Daniela Murta (2013, p. 382), a “transexualidade não é um tema extraordinário no campo de estudos de gênero, mas um tema entre outros que possibilita revisões teórico-conceituais do próprio campo, como as definições do que venham a ser gênero e sexo”. Por conseguinte, tendo em vista as possibilidades de revisões sobre o campo do gênero, é de suma importância a revisão de nossos conhecimentos essencialistas e naturalizantes das identidades trans e, nesta pesquisa, principalmente no que diz respeito a pessoas transmasculinas.

Dito isso, ao falarmos sobre transmasculinidades, não podemos sucumbir a discursos generalizantes, essencializantes e naturalizantes de como pessoas transmasculinas entendem gênero e sexo, além de suas vivências. O professor da UERJ Guilherme Almeida, em um texto redigido à *Revista Cult*, afirma que:

A transexualidade masculina, na última década, atuou como uma estufa de possibilidades no cenário brasileiro. Naquele cenário foi possível ver emergir sujeitos que reivindicam masculinidade sem desejar ser reconhecidos como homens. Foi possível também ver homens trans não binários, homens trans orgulhosamente portadores de uma vulva refutando o paradigma psiquiátrico da aversão à própria genitália, homens trans grávidos sem abrirem mão da afirmação da paternagem, homens trans aderindo à contemporânea formulação de uma paternidade próxima, afetiva e cuidadora, homens trans feministas, homens trans que se afirmam gays ou bissexuais, homens trans trabalhadores sexuais, homens trans se relacionando afetiva e/ou sexualmente com mulheres trans e travestis, assim como homens trans heteronormativos. Todas essas características contribuem para uma miríade de possibilidades no que se refere às transmasculinidades (Almeida, 2019, p. 50).

Isso implica dizer que todas essas características construirão o que é a transmasculinidade, tornando impossível discutirmos conceitos universalizantes acerca da identidade transmasculina, uma vez que suas vivências também são atravessadas por outros marcadores sociais, como raça, classe, regionalidade e assim por diante. Dessa

forma, não se objetiva aqui a apropriação dessa categoria social de forma essencializada e única, mas em alguns traços gerais (Almeida, 2012).

Masculinidades transgressoras: transmasculinidades

11

Tendo em vista aquilo supracitado, ao tratarmos do tema das transmasculinidades, também estamos abarcando o campo das masculinidades, tornando importante a nossa compreensão do que seria essa categoria. Os estudos sobre a masculinidade emergem, com o desenvolvimento do movimento feminista, em meados dos anos 1960. As discussões, que antes se restringiam ao papel social da mulher, ampliaram, aos poucos, se transformando em debates a respeito dos gêneros e das desigualdades produzidas entre eles (Cardoso, 2022).

De acordo com a socióloga Raewyn Connell, ao longo dos anos 1970 houve uma explosão de escritos sobre o “papel masculino”, criticando, explicitamente, as normas sobre papéis como origem do comportamento opressivo dos homens. Por outro lado, foi por intermédio do movimento de libertação *gay* que se desenvolveu uma análise sofisticada da opressão do homem, assim como da opressão pelo homem. Esse movimento foi o que deu início a uma análise acerca da hierarquia das masculinidades.

Ainda, Connell compreende a masculinidade como “[...] uma configuração de práticas organizadas em relação à estrutura das relações de gênero” (Connell, 1995, p. 188). Ou seja, distancia-se de concepções binárias que associam masculinidade ao sexo, mas categoriza-a enquanto um conjunto de práticas, não sendo uma entidade fixa encarnada no corpo ou na personalidade dos indivíduos, podendo se diferenciar de acordo com as relações que se estabelecem em um cenário social (Connell; Messerschmidt, 2013).

A partir disso, a pensadora desenvolve o conceito de masculinidade hegemônica, sendo entendida como um padrão de práticas que possibilitou a dominação dos homens sobre as mulheres. Essa masculinidade hegemônica consolidou-se de maneira diferente a outras masculinidades subordinadas. “A masculinidade hegemônica não se assumiu

normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 245).

Entretanto, as masculinidades hegemônicas podem ser construídas, visto que são mutáveis e históricas, suscetíveis a transformação por meio do cenário social em que se encontram, de forma que não correspondem à vida de nenhum homem cis real. Mesmo assim, esses modelos expressam ideais muito difundidos, que oferecem modelos de relações com as mulheres e respostas aos problemas das relações de gênero (Connell; Messerschmidt, 2013).

A característica fundamental do conceito é a pluralidade das masculinidades e a hierarquia entre elas. Foram identificados, a partir de estudos que discutem masculinidade hegemônica, um conjunto diverso de padrões, além de afirmar que “certas masculinidades são socialmente mais centrais ou mais associadas com autoridade e poder social do que outras” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 262). Ademais, Connell pontua que a hierarquia das masculinidades é um padrão de hegemonia, baseado no consenso cultural, na centralidade discursiva, na institucionalização e na marginalização ou na deslegitimação de outras masculinidades marginalizadas (Connell; Messerschmidt, 2013).

Tendo posto o caráter indubitável da hierarquia entre masculinidades, podemos identificar as transmasculinidades como figuras marginalizadas e subordinadas, visto que, no Brasil dos dias atuais, a masculinidade hegemônica consiste em masculinidades que utilizam da cisgeneridade, assim como outros marcadores, como a branquitude, para estabelecer uma hierarquia perante outras masculinidades e instituir e preservar a subordinação das mulheres.

Mas não é homem? Chama de homem, ué! As transmasculinidades resistem!

O termo “transmasculinidades” foi eleito em plenária no primeiro Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT) como expressão guarda-chuva para se referir a pessoas trans que se identificam com a masculinidade. Segundo Bernardo Mota Lopes (2022, p. 39), pesquisador transmasculino, o termo passou a ser utilizado para abarcar

múltiplas identidades que “compartilhassem a experiência de terem sido designadas enquanto mulheres/pessoas do ‘sexo feminino’, mas que identificavam e construíam sua identidade dentro do espectro masculino”.

Dentro desse guarda-chuva, existem pessoas que se reconhecem com múltiplas identidades e terminologias, como homens trans, transhomens, transmasculines, boycetas, *demi-boys*, não binários, entre outras (Lopes, 2022). A denominação “transhomem” começou a ser muito utilizada por João Nery e, segundo ele, ao deslocar o termo “trans” do lugar de adjetivo, é concedida ênfase à identidade de gênero trans, que se sobrepõe ao gênero masculino (Nery, 2018 *apud* Lopes, 2022). Ou seja, pessoas que se identificam no espectro da masculinidade, mas não necessariamente se identificam como homens trans ou pessoas binárias.

Considerando as dinamicidades do gênero e as disputas políticas que o cerceiam, começam a emergir, nos anos mais recentes, diferentes nomeações que pretendem tencionar as concepções binárias. Como o termo “boycetas”, que passa a ser utilizado principalmente por pessoas não binárias, que antes se definiam como pessoas transmasculinas, enquanto uma possibilidade de gênero à parte, para além da identificação com a categoria homem e mulher, reivindicando uma masculinidade que não evoca a ideia de um homem (Vicente, 2020). Já o termo *demi-boy* se refere a pessoas demigênero, ou seja, que se identificam com dois gêneros, sendo um deles o masculino.

2 Metodologia

O presente artigo configura-se como uma pesquisa qualitativa, utilizando-se do ensaio teórico como nosso instrumento de método. A partir da revisão de diferentes materiais teóricos, buscamos construir um ensaio sobre as memórias e as narrativas transmasculinas no Brasil, sobretudo na cidade de São Paulo. Optou-se por utilizar o ensaio teórico como método, dado que essa construção permite a compreensão da realidade por meios alternativos daqueles utilizados pela ciência na sua forma tradicional

de produzir conhecimento. Cria-se, aqui, uma pesquisa que valoriza as mudanças qualitativas que ocorrem nos objetos e nos fenômenos estudados (Meneghetti, 2011).

Segundo Adorno (2003 *apud* Noyama, 2009), a forma ensaística é apresentada como uma maneira que, além de eximir o texto de se render às tradições científicas e acadêmicas (dedutiva e indutiva), permite uma análise não fragmentada do fenômeno a partir das matrizes do problema, ou seja, o “ensaio principia da e na complexidade, começa pelo que tradicionalmente deveria ser um fim: tem início no cerne do problema; sua carta de apresentação é seu próprio nó” (Noyama, 2009, p. 3). Diante disso, utilizando-se do ensaio teórico como ferramenta de compreensão da realidade, o presente artigo tentou experimentar o nosso objeto de análise, a memória, nas suas múltiplas possibilidades dentro de uma totalidade, que não precisa e provavelmente não será conhecida (Meneghetti, 2009). Ainda, ressaltamos que a história não é utilizada como fins do objetivo de pesquisa, mas se constrói durante o movimento de pensar a memória transmasculina em entremeios com a produção de subjetividade.

3 Resultados e Discussão: retomando a memória, um olhar histórico para as transmasculinidades no Brasil

Assim como mencionado anteriormente, é impossível descrevermos a experiência de pessoas transmasculinas como algo universal, ou seja, inferir que a vivência de cada indivíduo será a mesma. Contudo, podemos tecer alguns traços da história do movimento transmasculino, que nunca deixou de existir e lutar por seus direitos, recuperando uma memória sistematicamente apagada pelos setores conservadores.

Pessoas transmasculinas sempre existiram no Brasil, mesmo sem se anunciarem trans. De acordo com Leonardo Tenório e Luciano Palhano (2022), foi possível achar algumas matérias de jornal do século XX que haviam noticiado a existência de pessoas trans, entretanto,

Em quase todos os textos jornalísticos da primeira metade do século XX, as pessoas trans eram retratadas de modo sensacionalista, com títulos chamativos intencionalmente escritos para atrair atenção ao polêmico acontecimento da

“mudança de sexo”, ou do reconhecimento público da existência de “mulheres” que “se passavam por homens” ou “queriam viver como homens” (e vice-versa) na sociedade (Tenório; Palhano, 2022, p. 82).

Em 1982, é lançado o livro *A Queda para o Alto*, escrito por Anderson Herzer, conhecido popularmente como Bigode, que relatava diversas vivências do poeta como uma pessoa forçada às margens. O autor narra experiências negativas envolvendo assédios, abandonos, maus-tratos e sua internação na Febem (nome dado na época para as instituições totais responsáveis pela detenção de adolescentes), ao passo que também relata aspectos positivos da sua vida, como o amor pela poesia. Apesar de não ser o foco da obra, o autor perpassa em alguns momentos o tema da sexualidade e gênero, relatando a primeira vez que foi reconhecido como um garoto, entre outros depoimentos. Infelizmente, Bigode se suicidou em maio de 1982, antes da publicação da obra (Tenório; Palhano, 2022).

Alguns anos depois, em 1984, João W. Nery lança o livro *Erro de Pessoa: Joana ou João?*, no qual narra sua trajetória de vida e suas vivências de gênero. É importante ressaltar que, durante a Ditadura Militar, a cirurgia de redesignação sexual/transgenitalização era uma atividade clandestina no Brasil, porém existem registros de pessoas transmasculinas que já realizavam algumas modificações corporais, como João W. Nery (Almeida, 2019).

Apesar da grande reverberação causada pelos livros, somente em 1992 é fundada, no Rio de Janeiro, a Associação de Travestis e Liberados (Astral), liderada por Jovanna Baby, fomentada pelas ações e pelos projetos voltados ao combate à epidemia do HIV e da aids, financiados por organizações internacionais. Em 1993, foi realizado o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuam na luta contra aids (o ENTLAIDS), que se tornou um dos mais significativos encontros da população trans e travesti no Brasil (Carvalho; Carrara, 2013). Nesse contexto político, Alexandre Peixe, militante transmasculino que, por muitos anos, atuou como único representante da identidade transmasculina na militância LGBT (Lopes, 2022), cumpre papel importante para as

movimentações transmasculinas – que ainda viriam a acontecer –, atuando por muitos anos como o único representante transmasculino de organizações LGBTs mais amplas.

Em 1997, o Conselho Federal de Medicina emitiu a Resolução CFM nº 1.482/1997, que permitia que, a partir de então, cirurgias de transgenitalização de pessoas transexuais sobre a prerrogativa psicopatologizante. Ou seja, era necessária a confirmação de um diagnóstico psiquiátrico de transexualismo, considerado uma doença. Já em 2002, foi emitida também pelo Conselho Federal de Medicina a Resolução do CFM nº 1.652/2002:

A Resolução de 2002 superou, em relação à Resolução de 1997, o caráter experimental da cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e dos procedimentos complementares relacionados às gônadas e aos caracteres sexuais secundários. Contudo, foi mantido o caráter experimental da cirurgia de neofaloplastia e dos procedimentos complementares das gônadas e de caracteres sexuais secundários (Almeida, 2019, p. 4).

Entretanto, mesmo com a reformulação pelo CFM, ainda persistia a concepção de “transexualismo”, isto é, uma patologia. Segundo o Conselho, existiam alguns critérios médicos que condicionavam o diagnóstico, entre eles:

1) desconforto com o sexo anatômico natural; 2) desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; 3) permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; 4) ausência de outros transtornos mentais (Conselho Federal de Medicina, 2002, p. 2).

Em dezembro de 2000, na cidade de Curitiba, é criada a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (Antra), rede nacional de ONGs de travestis e transexuais. Em 2013, a articulação contava com mais de 80 organizações afiliadas, caracterizando-se como a maior rede de travestis e transexuais da América Latina (Carvalho, 2013).

A primeira conferência LGBT ocorreu em 2008, com o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT”. Durante a conferência, Alexandre Peixe advogou pelos direitos sexuais e reprodutivos, além de evidenciar a

importância e dificuldades encontradas, por pessoas transmasculinas, ao procurarem hormonioterapia e cirurgias como a mastectomia (Lopes, 2022).

Ainda em 2008, foi divulgada a Portaria nº 1.707, do Ministério da Saúde, responsável por regulamentar a versão inicial do Processo Transexualizador no SUS. Todavia, pouco tempo depois, em 2013, foi aprovada uma segunda versão, a Portaria nº 2.803, que descentraliza a cirurgia da política de assistência, que, além de versar sobre os procedimentos cirúrgicos, discorre sobre os tratamentos medicamentosos (Favero; Machada; Freitas, 2022). Em concordância com Sofia Favero, Paula Machada e Rafaela Freitas (2022), essa segunda versão, vigente até os dias atuais, possibilitou que pessoas transmasculinas – visto o caráter experimental de cirurgias como mastectomia, histerectomia e neofaloplastia naquela época – e travestis fossem inteligíveis ao acesso à assistência por meio do SUS.

Apesar do grande avanço, que possibilitou o acesso de pessoas trans à saúde de forma mais fácil, e encarou a política de assistência como “desgenitalizada”, persistia ainda o caráter diagnóstico do transexualismo. Ainda em 2013, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) “transformou o diagnóstico de ‘transtorno de identidade de gênero’ em ‘disforia de gênero’ – processo que chegou a ser apresentado por alguns portais como um dos primeiros passos em direção à despatologização da transexualidade” (Favero; Machado; Freitas, 2022, p. 6).

No campo da visibilidade de pessoas transmasculinas, Tenório e Palhano (2022, p. 88) afirmam:

No início dos anos 2010, não era fácil listar características comuns entre os homens trans além do desejo da mastectomia e do uso da testosterona. As pessoas não sabiam que nós existíamos, nem mesmo as mulheres trans e travestis, muitas vezes nem as próprias ativistas. A sociabilidade entre nós mesmos era tão rara que conseguir reunir um número de três homens trans era algo que só conseguíamos uma vez ao ano. Não conhecíamos nem uns aos outros. Não havia repertório simbólico para explicar ou expressar nossa subjetividade. Muitos de nós vivíamos sufocados e éramos completamente invisíveis.

Entretanto, em 2011, após a revisão e a reedição do texto de 1984 de João Nery, lançado sob o título *Viagem Solitária: Memórias de um transexual trinta anos depois* (Nery, 2011), homens trans começaram a receber maior visibilidade. Isso aconteceu principalmente por causa da grande atenção dada a João Nery durante o ano de 2011 e nos anos seguintes, aparecendo em jornais, canais de televisão, nas universidades e principalmente na internet.

Dessarte, foi a partir de 2011 que as transmasculinidades passaram a ser discutidas com maior fervor e com mais visibilidade. De acordo com Tenório e Palhano (2022), a internet foi a principal ferramenta e instrumento para trocas de experiências e informações entre pessoas transmasculinas, mediante Orkut, YouTube, *blogs*, *sites* e fóruns criados por elas mesmas. Esses espaços serviam para suprir a demanda de informações sobre diversos assuntos, como cirurgia, uso de testosterona, contato e endereço dos poucos serviços que atendiam à população, assim como outras coisas (Tenório; Palhano, 2022).

No início dos anos de 2010, também emerge, no mundo acadêmico, as primeiras pesquisadoras transmasculinas. O primeiro artigo sobre homens trans é publicado pelo professor e assistente social Guilherme Almeida, pessoa transmasculina, em 2012, intitulado “Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades?”. Ainda em 2012, foi criada a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), presidida por Leonardo Tenório, importante ativista transmasculino, que militava predominantemente na região Nordeste do país. Conforme foi pontuado por Lopes (2022, p. 47), a “ABHT organizou, em 2013, o I Encontro de Homens Trans, com representantes majoritariamente do Norte e Nordeste. O evento contou com financiamento do Departamento de Aids/Ministério da Saúde”.

No mesmo ano do encontro supracitado, em 2013, é fundado o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), durante o XX ENTILAIDS (Carvalho, 2018). O objetivo do instituto era criar núcleos em todos os estados do país, de forma a atender as demandas de todas as transmasculinas pelo Brasil, objetivo alcançado em 2015, mesmo

ano em que o IBRAT organizou o I Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT), realizado na Universidade de São Paulo.

Meados dos anos 2000 foi um período de grandes manifestações e disputas políticas no Brasil, da mesma forma que várias leis foram implantadas para a proteção de pessoas LGBTQIA+, reivindicadas pela militância organizada por pessoas trans, travestis, não binárias, lésbicas, bissexuais, *queer*, intersexo, entre outras. Destacam-se algumas dessas conquistas:

em 2016 foi publicado o Decreto Federal Nº 8.727, que regulamentou a utilização do nome social em âmbito federal; em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu unanimemente pelo direito de pessoas trans e travestis alterarem o registro civil sem necessitar recorrer à instância judicial nem de utilizar laudos médicos para comprovar sua transexualidade (Lopes, 2022, p. 54).

Já no ano de 2019, a Classificação Internacional de Doenças (CID-11) divulgou a categoria de incongruência de gênero, representada na versão anterior do manual (1993) com o código F.64.0, referente a “transexualismo”. Isso significa que esse foi o primeiro momento que a transgeneridade adulta, e apenas adulta, deixou de ser considerada uma patologia (Favero; Machado; Freitas, 2022). Embora não falemos mais da despatologização da categoria atualmente, é de suma importância pontuar que pessoas trans ainda vivem as consequências de uma despatologização extremamente tardia.

Com o governo de Bolsonaro, houve diversas tentativas de criminalização de corpos trans e travestis, além da desinstitucionalização das políticas LGBT no Brasil (Lopes, 2022). Seu governo foi marcado por inúmeros casos de agressão a pessoas LGBT, principalmente pessoas trans negras (Antra, 2020). De acordo com Iazzetti (2021, p. 157), durante o período eleitoral em 2018, apesar das dominações de histórias de violências, “emergiam contranarrativas tendo como norte a criação de possíveis coletividades e resistências, tomadas pelo mote ‘ninguém solta a mão de ninguém’”.

Em 2019, Bolsonaro, então presidente do Brasil, assinou uma Medida Provisória que excluía a população LGBTQIA+ da lista de políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, entretanto, frente às críticas, o Ministério voltou atrás e

informou que a atual Diretoria de Promoção dos Direitos de Pessoas LGBTIA+ seria mantida na Secretaria Nacional de Proteção Global. Ainda em 2019, o Decreto nº 9.759/19 foi promulgado de maneira a revogar diversas instâncias de participação social, incluindo o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD), colegiado encarregado de realizar a IV Conferência Nacional LGBT, que havia sido convocada em 2018, ainda no governo anterior, e que nunca ocorreu (Lopes, 2022).

Durante a pandemia de covid-19, muitos movimentos sociais de pessoas trans, que já estavam sendo enfraquecidos e com dificuldades de assegurar direitos básicos à população brasileira, promoveram campanhas de solidariedade, instigados pela preocupação de que pessoas trans se encontrassem em situações de vulnerabilidade social e sem amparo do Estado (Lopes, 2022). Todavia, mesmo que alguns movimentos sociais no Brasil ainda permaneçam esvaziados e outros estejam se reestruturando após o governo de Bolsonaro e a ascensão do fascismo na política e na burguesia brasileira nos últimos anos, em 2023 pudemos ver um salto significativo referente à representação trans em cargos do governo, além de uma maior visibilidade de organizações e instituições sociais e o reconhecimento de diversos artistas e ativistas trans.

Em 2024, dia 28 de janeiro, ocorreu a 1ª 'Marsha' Nacional de Visibilidade Trans em Brasília, em frente ao Congresso Nacional, organizada pela Antra e pelo IBRAT. Outrossim, no dia 3 de março, aconteceu a 1ª Marcha Transmasculina de São Paulo, também organizada pelo IBRAT, começando em frente ao Masp. No entanto, a

conquista de algumas garantias civis e a maior representação social da população trans foi acompanhada por um crescimento de setores opostos às agendas de direitos humanos em todo o país, sob o pretexto de combater a "ideologia de gênero" grupos de direita e/ou fundamentalistas religiosos estimularam uma agenda política contra os direitos de LGBT e mulheres (Lopes, 2022, p. 54).

Isso significa que ainda há muitas disputas a serem travadas em busca pela cidadania plena de pessoas trans, em especial pessoas transmasculinas, que ainda não possuem a visibilidade que deveriam. Isso nos convida a unir forças no combate à

opressão e à exploração de pessoas trans e caminhar em busca da emancipação de todes, caminho que já vem sendo traçado por movimentos sociais liderados por pessoas transmasculinas, transfemininas, travestis e não binárias por anos.

4 Considerações finais

21

O presente trabalho buscou efetuar um levantamento e uma análise histórica e sociocultural das transmasculinidades, compreendendo a importância de localizar subjetividades em um contexto histórico, visto que ela se constitui amalgamada das normas sociais e da sociedade como um todo, de forma dialética e contraditória. Ainda, procuramos resgatar a memória e as narrativas transmasculinas como possibilidade de vislumbrarmos a ampliação de direitos e práticas democráticas que protejam a vida dessas pessoas.

Enquanto pesquisadoras da área da saúde, não pretendemos que nossos resultados sejam interpretados como características universais acerca das transmasculinidades, uma vez que estamos nos referindo a um complexo matiz de identidades transmasculinas. É necessário tecermos encontros entre a escuta de demandas, a construção de saberes e relatos exclusivamente de pessoas transmasculinas, para pensarmos serviços culturalmente sensíveis aos territórios e às populações transmasculinas, considerando as múltiplas identidades que compõem essa categoria no Brasil.

Enquanto indivíduos, é imprescindível criarmos espaços potenciais de brecha aos sistemas coloniais, racistas, cisheteronormativos, que apagam subjetividades e memórias. Além disso, é necessário que invoquemos processos de reparação que garantam as mais diversas formas de existência transmasculina, garantindo-lhes dignidade e autonomia. Esperamos que a publicação de nossos resultados contribua para a implementação de políticas e práticas que garantam o cuidado das identidades transmasculinas nos mais diversos âmbitos da vida. É necessário compreendermos que falar sobre resgate de memória e narrativas como um ato político requer o compromisso de emancipação de todes.

Referências

ALMEIDA, Guilherme Silva *et al.* Emergência Pública De Transmasculinidades Na Cena Brasileira Em Princípios Dos Anos 2000. *In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019*, 2019.

ALMEIDA, Guilherme. ‘Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista Estudos Feministas*, v. 20, p. 513-523, 2012.

ALMEIDA, Guilherme. Revisitando a aquarela das masculinidades. *Revista CULT*, Edição Kindle, n. 242, p. 48-54, fev. 2019.

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, p. 380-407, 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê:** assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (org.). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BRAGA, Patrick de Almeida Trindade; GROSS, Alexis Emanuel. Judith Butler e Paul Beatriz Preciado: uma comparação de dois modelos teóricos na construção da identidade de gênero na teoria queer. *Pensata*, v. 10, n. 2, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 3. ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2010.

CARDOSO, Thomas Victor Barreto. **Construção das transmasculinidades:** memórias e narrativas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2022.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *Cadernos Pagu*, n. 52, 2018.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, p. 319-351, 2013.

COELHO, Caia. Um paralelo crítico entre a trajetória de gênero e de cisgênero. *Trans Advocate Brasil*, 2017.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CONNELL, R. Políticas de Masculinidade. **Educação Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

COSTA, Luisa Brandão *et al.* Ansiedade ou cisheteronormatividade? Um estudo de caso na clínica em psicologia sócio-histórica: Ansiedade ou cisheteronormatividade? **Mosaico: Estudos em Psicologia**, v. 11, n. 1, p. 65-82, 2023.

CURY, Carlos R. J. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez Editores, 1985.

IAZZETTI, Brume Dezembro. Direitos humanos em pajubá: controvérsias, enquadramentos e agenciamentos no acesso e permanência de pessoas trans* no ensino superior público. **Antropologia e Direitos Humanos** 9, v. 22, p. 156, 2021.

FAVERO, S. Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 13, n. 20, 19 jun. 2020.

FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula Sandrine; FREITAS, Rafaela Vasconcelos. Corpo da criança, corpo do adulto: um olhar sobre as revisões diagnósticas que compõem fronteiras entre pessoas trans. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 1-21, 2022.

FERREIRA, S. R. da S. A respeito da categoria (trans/cis) gênero: a representação da identidade de gênero e a cisgeneridade compulsória. **Revista Eco-Pós**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 355-380, 2021.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; ROSA, Elisa Zaneratto. Direitos sociais e políticas públicas-contribuições da Psicologia Sócio-Histórica para um projeto de sociedade. In: BOCK, Ana Mercês Bahia *et al.* O compromisso social da Psicologia e a possibilidade de uma profissão abrangente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. 63-80, 2022.

JESUS, Jaqueline. Identidades de gênero e políticas de afirmação identitária. In: **VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero**, Salvador, 2012.

LOPES, Bernardo Mota. **Arquivo transmasculino**: uma autoetnografia sobre transmasculinidade no Brasil. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico? **Revista de administração contemporânea**, v. 15, p. 320-332, 2011.

NEVES, Benjamin de Almeida. **Autobiografias transmasculinas e literatura social: gênero, memória e a leitura do outro na cultura trans**. Dissertação (Doutorado em Comunicação e Artes) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2023.

NOYAMA, Samon. Adorno e “O ensaio como forma”. **Ítaca Revista do Programa de Pós**, 2009.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SANTOS, Dayanna Louise Leandro dos; SANTOS, Thomas Cardoso Bastos; DIAS, Alfrancio Ferreira. Entre encruzilhadas e trincheiras: uma análise da escrevivência transmasculina a partir do poema “Trans-parto”. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, e10896, 2022.

TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa; PALHANO, Luciano. Breve histórico das transmasculinidades no Brasil no século XX e início do século XXI. **Revista Estudos Transviados**, v. 3, n. 5, p. 79-95, 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

VICENTE, Guilherme Calixto. **Direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, boycetas e não-binários**: uma luta por reconhecimento e redistribuição de saúde. Tese de conclusão de curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2020.

ⁱ **Leticia Attolini do Prado**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1302-0324>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica, pesquisadora de Iniciação Científica, sendo bolsista CEPE-PUC SP.

Contribuição de autoria: autora, pesquisadora principal.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5469994313408056>

E-mail: leticiattolini2003@gmail.com

ii **Beatriz Borger Brambilla**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9157-8593>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Psicóloga (CRP 06/98368). Mestra em Psicologia da Saúde e Doutora em Psicologia Social. Pós-doutoranda em Mulheres, gênero e feminismos. Docente dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia Social (PUC/SP) e Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas (UniSantos).

Contribuição de autoria: coautora, orientadora.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6415720570998957>

E-mail: bbbrambilla@pucsp.br

iii **Beatriz Machado Tarquiano Vicente**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8968-0929>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica, pesquisadora de Iniciação Científica, sendo bolsista CNPq.

Contribuição de autoria: coautora, membra da equipe de pesquisa.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9349355395749249>

E-mail: beatriz.mtarquiano@gmail.com

iv **Edna Maria Severino Peters Kahhale**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8711-2931>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

É doutora, pesquisadora, professora associada e coordenadora do LESSEX (Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade), Núcleo de Subjetividade, Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP. Líder do grupo CNPq "Psicossomática Sexualidade e Cuidado" certificado pela universidade.

Contribuição de autoria: coautora, orientadora.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9594834790186708>

E-mail: ednakahhale@pucsp.br

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialistas *ad hoc*: Jonas Karlos de Souza Feitoza e Pedro Paulo Souza Rios.

Como citar este artigo (ABNT):

PRADO, Letícia Attolini do *et al.* Subjetividades dissidentes: memória, resistência e as transmasculinidades no Brasil. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 7, e15352, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15352>

Recebido em 1º de abril de 2025.

Aceito em 13 de maio de 2025.

Publicado em 05 de agosto de 2025.